

Currículo Heteronormativo: a exclusão/marginalização das pessoas “T” entre gêneros no ambiente escolar

Jessika Villalon Sousa Cruz¹

Resumo: Este artigo faz um debate acerca dos currículos e cultura escolar, trazendo questões sobre a diversidade sob a heteronormatividade institucionalizada nos ambientes da educação básica. Com a problematização das pessoas “T” entre gêneros na educação básica, relata o processo educacional cheio de desigualdades e exclusão, bem como os efeitos negativos que a LGBTfobia causa aos alunos. Teve como objetivo principal discutir fatos sobre como as pessoas transgênero são tratadas na educação básica, por causa da onda fundamentalista – religiosa que impede as discussões sobre educação sexual nas escolas, e sua relação com o currículo e a cultura escolar. Foi utilizada como metodologia a pesquisa implicada (ROCHA, MAIA, 2017), através de artigos, dissertações, documentos e notícias sobre as temáticas abordadas, incluindo publicações brasileiras e internacionais, pautadas nos estudos de autores como Judith Butler (2016), Rogério Diniz Junqueira (2013) e Marina Reidel (2013). Este estudo também é de base fenomenológica realizado no Doutorado em Educação na Amazônia (PGEDA/UFGA/UFT), estando vinculado ao grupo de pesquisa Gepce/Minorias.

Palavras-chave: Currículo. Cultura Escolar. Diversidade. Heteronormatividade. Inclusão.

¹ Doutoranda em Educação na Amazônia (PDEGA/UFGA/UFT). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas de Currículos Educacionais das/para/com minorias sociais nortistas amazonidas (GEPCE/MINORIAS/UFT). Possui graduação em Licenciatura em Pedagogia (Claretiano - 2021), Licenciatura em Teatro (UFT - 2019) e Tecnologia em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (2016). Mestre em Gestão de Políticas Públicas (UFT-2019). Atualmente é técnica administrativa educacional da Prefeitura Municipal de Palmas - TO.

Cada grupo social tem uma cultura diferente que está ligada a vários aspectos. A sociedade, por sua vez não apresenta pensamentos homogêneos. Toda vez que acontece algum tipo de discriminação, são gerados conflitos e tensões. Nos espaços escolares, as culturas também são diferentes.

O currículo escolar sempre é alvo de discussões sobre conhecimentos e visões. Discussões essas que estão submetidas às relações de poder, normas e inferiorização de classes, em que existem muitos preconceitos. O currículo também é reduzido como um conteúdo básico, atualmente depreendido da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sendo esta, uma ideia equivocada.

Quando falamos de pessoas LGBTQIA+, no ambiente escolar, são gerados questionamentos e discussões, principalmente de silenciamento no que tange a expressão de gênero, pois a heteronormatividade pressupõe que existem apenas dois gêneros: masculino e feminino, e que os alunos precisam estar sujeitos a essa condição social.

Assim, surgem as seguintes questões: Como estão sendo realizados os estudos dos currículos escolares? O currículo escolar ajuda a marginalizar os alunos? Acontecem políticas de enfrentamento às diferenças e promoção da inclusão? Como a heteronormatividade está impregnada nos currículos escolares?

O objetivo geral desta pesquisa foi compreender como o currículo e a cultura escolar podem reproduzir a heteronormatividade nas escolas. E como objetivos específicos, analisamos alguns episódios de transfobia que aconteceram na cidade de Palmas – TO, bem como seus efeitos negativos que influenciam diretamente nas pessoas “T” entre gêneros, e fazer alguns apontamentos a fim de contribuir com novas discussões para a diminuição do preconceito institucionalizado.

Foi utilizada como metodologia a pesquisa implicada (ROCHA, MAIA, 2017), através de artigos, dissertações, documentos e notícias sobre as temáticas abordadas,

incluindo publicações brasileiras e internacionais, pautadas nos estudos de autores como Judith Butler (2016), Rogério Diniz Junqueira (2013) e Marina Reidel (2013).

O artigo foi dividido nos seguintes tópicos: “Cultura escolar na atualidade”, “Gênero e Identidade”, “Gênero na escola: as reproduções binárias”, “A inclusão é realmente inclusiva?”, e “Desafios da inclusão educacional”.

Cultura escolar na atualidade

O professor da Universidade de Lisboa, João Barroso (2012) analisa a cultura escolar em três perspectivas: funcionalista, que a “cultura escolar” é transmitida na escola, mas “produzida exteriormente” que vai constituir o processo de “aculturação das crianças e dos jovens. Na perspectiva estruturalista, a “cultura escolar” é toda a organização, planejamento, disciplinas, que dão formas e estruturas ao processo educativo. Já na perspectiva interacionista, a “cultura escolar é a cultura organizacional da escola”, não falando de todas as escolas, e sim de cada escola em sua individualidade. (BARROSO, 2012).

Para o historiador Dominique Julia, analisando o funcionamento interno da escola os problemas relacionados ao ensino se revelam externalistas, e a história das escolas não se diferencia tanto de outras instituições, até mesmo das instituições militares. Ele frisa que:

A história das populações escolares, que emprestou métodos e conceitos da sociologia, interessou - se mais pelos mecanismos de seleção e exclusão social praticados na escola que pelos trabalhos escolares, a partir dos quais se estabeleceu a discriminação. (JULIA, 2012, p. 12)

Carvalho (2006) ressalta que existe uma complexificação do ensino, e a necessidade crescente de tratar todos os alunos como iguais. Mas ocorre que existe uma massificação do ensino, e o trabalho dos professores se voltou para a construção de um aluno mediano. Ele também afirma que a igualdade é uma falácia, ignorando as

diferenças e reproduzindo apenas “culturas, hábitos e valores externos”, não possuindo as escolas, suas próprias culturas (CARVALHO, 2006).

A reprodução das culturas no ambiente escolar tem sido feita com base nos pensamentos de direita neoconservadores e fundamentalistas religiosos. (APPLE, 2002). Mesmo que o Brasil seja uma nação laica, diversos governantes têm tentado implantar suas visões religiosas e normatizar todos os alunos.

Currículo e diversidade

Os estudos acerca de currículo estão em voga. Muito se fala e questiona sobre currículo escolar. Muitos professores e profissionais escolares questionam se currículo não é algo pronto, que vem em uma ordem longitudinal, sendo apenas necessário que as escolas o apliquem e adequem à suas realidades.

A palavra currículo apresenta muitos significados. De acordo com Moreira e Candau (2007), currículo pode ser “entendido como”:

- (a) os conteúdos a serem ensinados e aprendidos;
- (b) as experiências de aprendizagem escolares a serem vividas pelos alunos;
- (c) os planos pedagógicos elaborados por professores, escolas e sistemas educacionais;
- (d) os objetivos a serem alcançados por meio do processo de ensino;
- (e) os processos de avaliação que terminam por influir nos conteúdos e nos procedimentos selecionados nos diferentes graus da escolarização. (MOREIRA e CANDAU, 2007, p. 18).

Desta forma, surge o seguinte questionamento: Como as escolas brasileiras estão discutindo a forma de ensinar, os valores a serem transmitidos, e a transformação dos alunos? O currículo escolar compreende todos os esforços, planejamentos e metas para se atingir o objetivo principal de uma escola, que é educar. O currículo escolar engloba todas as questões acerca dos conhecimentos, e relações sociais, bem como os valores e

identidades dos alunos. Todo o empenho pedagógico na busca de uma educação de qualidade, está intimamente ligado ao currículo.

É muito importante termos em mente que todas as escolas possuem um currículo oculto, que não está explícito nos projetos políticos pedagógicos. Esse currículo abrange a realidade social de cada aluno, bem como suas diferenças. Até mesmo a forma que a escola está organizada fisicamente, com suas divisões, organogramas, faz parte do currículo oculto.

Muitas das práticas opressoras das escolas estão contidas em seu currículo oculto. A segregação dos sujeitos minorizados por marcadores sociais como cor da pele, classe social, gênero e sexualidade precisa ser combatida no ambiente escolar.

É através do currículo que se estrutura a escola, o planejamento, as ações e todo o processo educacional. Os professores são fundamentais no processo curricular e por isso se faz necessário discutir o currículo na escola. A pluralidade que o educador encontra nas salas de aula, pode ser uma dificuldade, mas também pode ser enriquecedor no trabalho educativo.

Para tornar o aluno um “sujeito ativo”, os alunos precisam ter consciência da realidade em que vivem, conhecer sua comunidade, e entender o papel que têm diante da realização de mudanças da sua realidade social. Os alunos também precisam desenvolver sua criticidade e autonomia. O trabalho apenas com conhecimentos pré-determinados, como aqueles que já estão inseridos nos livros didáticos, não conecta os alunos ao seu contexto social.

É muito comum que os professores selecionem os conteúdos que mais se adequem aos conhecimentos que estejam de acordo com a etapa de ensino dos alunos, praticamente ignorando novas possibilidades, e muitas vezes focando em avaliações externas.

A cultura escolar é uma prática social, que engloba como os significados são compartilhados e ensinados. Ela está intrinsecamente ligada ao currículo escolar. Pois, é

através do currículo que os grupos sociais expressam suas “visões de mundo”, e acontecem vários processos, inclusive os de discriminação e opressão direcionados à alguns grupos sociais. Moreira e Candau (2007) afirmam:

Como todos esses processos se “concretizam” no currículo? Pode-se dizer que no currículo se evidenciam esforços tanto por consolidar as situações de opressão e discriminação a que certos grupos sociais têm sido submetidos, quanto por questionar os arranjos sociais em que essas situações se sustentam. Isso se torna claro ao nos lembrarmos dos inúmeros e expressivos relatos de práticas, em salas de aulas, que contribuem para cristalizar preconceitos e discriminações, representações estereotipadas e desrespeitosas de certos comportamentos, certos estudantes e certos grupos sociais. Em Conselhos de Classe, algumas dessas visões, lamentavelmente, se refletem em frases como: “vindo de onde vem, ele não podia mesmo dar certo na escola!”. Ao mesmo tempo, há inúmeros e expressivos relatos de práticas alternativas em que professores(as) desafiam as relações de poder que têm justificado e preservado privilégios e marginalizações, procurando contribuir para elevar a autoestima de estudantes associados a grupos subalternizados. (p. 28)

Muitas das práticas opressoras das escolas estão contidas em seu currículo oculto. A segregação dos sujeitos minorizados por marcadores sociais como cor, classe social, gênero e sexualidade precisa ser combatida no ambiente escolar.

Gênero e Identidade

A segregação de gênero é algo que acontece há milhares de anos. Em todos os países, podemos observar que existem diferenças no que se destina ao sexo masculino e ao sexo feminino. Simone de Beauvoir, odiada pelos conservadores e fundamentalistas de direita, é a autora da famosa frase “Ninguém nasce mulher, torna-se”, desprendendo qualquer ligação de gênero ao sentido biológico.

Mas assim que o ser humano nasce, lhe é atribuído o sexo e as características que se espera. Se possui o gênero biológico masculino, será esperado que se torne o provedor da casa, que encontre uma mulher e tenha filhos. Aos homens se espera

também que não sejam frágeis, demonstrem um comportamento dominante. Já as mulheres precisam ser preparadas para o ofício doméstico, sendo estimuladas a cuidar de crianças desde seus primeiros jogos e brincadeiras infantis. Também precisam estar sempre arrumadas e com seus cabelos alinhados, para estarem sempre prontas a encontrar alguém.

Tudo o que não é esperado pela sociedade, é uma transgressão. Corpos transgênero transgridem, não se adequam aos padrões sociais. A transexualidade deixou de ser considerada doença apenas 28 anos após a criação do CID (Código Internacional de Doenças), passando a ser classificada como incongruência de gênero. (CFP, 2019).

Timidamente, o Brasil vem tendo alguns avanços direcionados à população trans. A utilização do nome social no SUS, bem como nas escolas e universidades. Mas a sociedade ainda não aceita as diferenças, e muito menos respeita. A reprodução dos estereótipos de gênero também acontece nos ambientes educacionais. As práticas que constituem o currículo escolar também estão cheias de pré-conceitos, Junqueira (2013) afirma que:

Artefato político e produção cultural e discursiva, o currículo é campo de permanentes disputas e negociações em torno de disposições, princípios de visão e de divisão do mundo e das coisas – especialmente das que concernem à educação escolar e às figuras que povoam o mundo da escola e redefinem seus sentidos e reconstróem seus significados. Espaço de produção, contestação e disputas, abriga relações de poder, formas de controle, possibilidades de conformismo e resistência. Dito isso, nunca é demais sublinhar que, historicamente, a escola brasileira estruturou-se a partir de pressupostos tributários de um conjunto de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do “outro” (considerado estranho, inferior, pecador, doente, pervertido, criminoso ou contagioso) quem não se sintoniza com os arsenais cujas referências eram (e são) centradas no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês e “saudável”. A escola tornou-se um espaço onde o “currículo em ação” faz rotineiramente circular preconceitos que colocam em movimento discriminações e outras formas de gestão das fronteiras da normalidade. (p. 482)

Vale lembrar, que os alunos que estão no ensino básico, ainda estão em processo de construção de suas identidades. Toda e qualquer influência negativa, traz impactos

diretos na formação deles. A escola por sua vez, tem a função de preparar os alunos para a vida em sociedade. Mas como um ambiente hostil, afasta os alunos, perpetuando os estigmas e reforçando os preconceitos contra os alunos LGBTQIA+.

A identidade de gênero pode ser definida como a individualidade do gênero de acordo como cada pessoa se sente em seu íntimo podendo ou não corresponder ao seu sexo biológico. Cada pessoa desenvolve sua identidade de forma livre, mas precisa passar por processos que impactarão diretamente em sua vida. Nome social, retificação do nome civil, e readequação de imagem e sexual são alguns dos processos para se adequar ao gênero identitário.

Estes processos, podem ser farmacêuticos, cirúrgicos, e também de forma a expressar um gênero como modos de vestir, falar e se expressar. Muitas das pessoas que se identificam como mulheres trans (incluindo travestis e transexuais pré e pós redesignadas) iniciam sua transição em uma idade muito jovem. Muitas se vestem ainda crianças com roupas femininas e se maquiam em seus quartos, com as roupas de suas genitoras. (LABIO, 2018).

A maioria não tem a aceitação por parte de suas famílias, e iniciam o trabalho de prostituição, não como uma forma de apenas ganhar dinheiro, mas para se sentirem incluídas em um meio social. Assim, no ambiente que estão com outras travestis, aprendem a se maquiar, a como se vestir, e a transformar seu corpo. Transformação essa que pode ocorrer de meios não saudáveis, como a injeção de silicone industrial, administração de hormônios femininos e bloqueadores de testosterona sem acompanhamento médico, entre outros. (LABIO, 2018). No Brasil, existe o processo transexualizador, em que o Sistema Único de Saúde disponibiliza médicos especializados na transição de gênero, bem como a famosa cirurgia de redesignação sexual.

Como pudemos perceber, as pessoas trans, são desprovidas do acesso ao conhecimento em suas transições. Mas também, em sua maioria são dizimadas

diariamente, de acordo com os dados apresentados no Dossiê Assassinatos e Violências Contra Travestis e Transexuais Brasileiras, publicado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil), em que no ano de 2021, 135 mulheres trans foram assassinadas. (ANTRA, 2022)

Gênero na escola: as reproduções binárias

No Brasil, não existe uma proposta curricular para ensinar educação sexual nas escolas. Muito pelo contrário, esse tema é raramente debatido, e as escolas utilizam a prerrogativa de que o ensino das questões de gênero e sexualidade deve ser de responsabilidade das famílias. O que acontece é que muitos alunos não têm famílias estruturadas, possibilidades de diálogo no seio familiar.

A escola, como espaço educacional e participativo na formação de cidadãos não ensina nada sobre gênero e sexualidade, mas poderia ensinar. Pelo contrário, a escola tem perpetuado o binarismo e o sexismo, dividindo os alunos e proibindo “práticas que possam manchar o nome” das instituições. Ser travesti/transsexual em uma escola de educação básica pode ser considerado um desvio sexual, e ameaçar os bons costumes, sendo uma ameaça aos outros alunos que não são LGBTQIA+.

As pessoas transgênero em geral, se identificam com seu gênero ainda crianças. Isso dificulta muito a autoaceitação, pois não sabem direito o que vivem, e como encontrar a real expressão de seus corpos. Não somente as pessoas T, mas as famílias e as escolas são questionáveis em suas práticas. As escolas, tendem a repreender as manifestações de gênero, e muitas famílias se posicionam de maneira contrária, não aceitando seus filhos/filhas/filhxs.

Ser diferente do que se espera, ou seja, heterossexual, em um ambiente escolar, é viver/conviver em um território cheio de hostilidades. As escolas necessitam ser ambientes em que as pessoas não se sintam excluídas e venham a proporcionar segurança para as pessoas que não seguem as identidades hegemônicas. No Brasil,

ainda não existem direitos que assegurem a expressão da identidade de gênero em ambientes escolares, apenas leis que possibilitam o uso do nome social, que nem sempre é aceito.

O pseudoconceito “ideologia de gênero” tem causado desconforto naqueles que defendem a moral e os bons costumes. Em vários países, têm ocorrido a existência de movimentos reacionários. Em sua visita ao Brasil, no ano de 2017, Judith Butler enfrentou um protesto, em que vários manifestantes queimaram uma boneca em sua alusão. (VEJA SP, 2017).

O atual presidente, Bolsonaro, postou um vídeo em suas redes sociais, com a reportagem de Fernanda Salles, que reproduzia um vídeo com a fala transfóbica de Olavo de Carvalho:

Todo esse código politicamente correto, essa besteira toda, faz um mal desgraçado. Por quê? Porque você tem medo de ser punido pela violação e a partir da hora que você tem medo de dizer as coisas como você as vê, você reprime a sua visão”, diz ele. Olavo completa: “Porque no século XX, agora XXI, todo mundo está sendo submetido a esse tipo de opressão. Se você vê um homem que diz que é mulher, você tem que dizer que ele é mulher, senão você pode ir para a cadeia. Como que é isso? Então eu estou vendo um rinoceronte e tenho que dizer que é uma galinha”. (OBSERVATÓRIO G, 2021)

Essas falas e ações problematizam como um conceito errado, e inexistente pode prejudicar a liberdade de pessoas, apenas por que não se encaixam no padrão normativo social. Muitas vezes essas ações partem de igrejas e credos conservadores, em uma tentativa de realinhamento da “ordem natural”.

Durante bastante tempo a cultura escolar se baseou no ideal de família, de matriz heterossexual. E isso se perpetua até os dias atuais, pois muitos livros didáticos sofreram rejeições por apresentarem composições familiares diferentes da heterossexual. Isso faz parte de um currículo oculto comum à todas as escolas brasileiras: a inferiorização e silenciamento das discussões das diferenças de gênero e sexualidade.

Existe de fato uma “ordem dominante” e tudo aquilo que é questionado, é silenciado. Caso seja considerado um “tema polêmico”, entra na questão da ideologia de gênero, prejudicando a classe dominadora que “não quer revolta, quer sujeitos alienados, cúmplices e legitimadores da sua própria dominação, em benefício, é claro, dela própria e dos seus privilégios”. (DA SILVA OLIVEIRA e BATALHA, 2017).

A título de exemplo, na cidade de Palmas – TO, aconteceu um caso em que um aluno foi constrangido em uma escola, por tentar assistir aulas trajando saia:

[...] L.F., que foi impedido pela orientadora educacional da escola, M.de L. A., de entrar nas dependências do colégio por estar usando uma saia longa. Além de ter sido impedido de entrar na escola, L.F. sofreu grave violência psicológica e simbólica pela orientadora da escola, M. de L. A., que fez diversos comentários LGBTfóbicos para o mesmo, dizendo que a “opção sexual” dele não deveria ser algo “exposto” e que o mesmo era uma vergonha para sua família. Ainda, quando L. a corrigiu que o termo correto era “orientação sexual”, M. de L. A. disse que ele não tinha o poder de estar a corrigindo e que ela sabia muito bem o que falava. (GAZETA DO CERRADO, 2017)

A expressão da identidade de gênero e da orientação sexual fere todos os significados heteropatriarcais impostos pela sociedade, bem como a cultura escolar. É muito difícil realizar uma desconstrução desses valores, e uma reflexão crítica na busca de novos currículos dentro da escola, e novas práticas de educação. A diversidade existe, mas os discursos dominantes estão refletidos nas práticas diárias, cheias de preconceitos em que muitos alunos LGBTQIA+ sofrem diariamente.

Por estarmos na região Amazônica, a presença do patriarcalismo ainda é mais forte. As políticas públicas educacionais são fracas em comparação com outros estados e raramente levam em conta os povos originários, bem como os sujeitos minorizados (ROCHA, 2019).

A inclusão é realmente inclusiva?

Nos últimos anos têm acontecido várias transformações nas propostas de educação. Documentos como a Base Nacional Comum Curricular, têm sido implantados. Mas quando se fala de inclusão, o assunto se volta quase que apenas aos alunos PNE (Portadores de Necessidades Especiais). Modelos educacionais que atendam as questões de inclusão de forma global são quase que inexistentes. Isso se torna um desafio para os professores. (GLAT, 2018)

Daí surge a necessidade de realização de novos estudos para a criação de novas metodologias de ensino, sem que haja o reforço de estereótipos e perpetuação de pré/conceitos machistas e fundamentalistas. Essa mudança não é tão fácil quanto parece, porque seria necessário que houvesse um novo padrão educacional.

Também existem as questões já internalizadas pelos profissionais, que não permitem uma abertura maior de conceitos arraigados. As formações continuadas têm este papel, de sempre trazer atualizações para a classe educacional, mas têm sido insuficientes quando nos referimos às questões de gênero e sexualidade.

Existe a educação inclusiva e as escolas inclusivas. Se faz necessário diferenciar esses dois conceitos. As escolas inclusivas têm características peculiares, em que a diversidade é um modelo social, e a educação acontece de forma que o ensino-aprendizagem se adapta à realidade dos alunos. Nessas escolas, existem projetos educativos para que a diversidade seja valorizada, e a cultura escolar ressalta que ela é o ponto de partida para todas as ações da instituição. (VALDÉS-MORALES; LÓPEZ; JIMÉNEZ-VARGAS, 2019)

O desenvolvimento das atividades de uma escola inclusiva não é fácil, pois existem várias barreiras dentro e fora da escola. Problemas de ordem financeira, formação de professores, bem como aceitação das famílias e comunidade escolar. A cultura escolar está presente de forma explícita nas escolas inclusivas. Para que as

escolas “tradicionais” venham a se tornar inclusivas, é preciso mudar a cultura escolar, e logo assim, as práticas escolares.

A cultura escolar inclusiva é acolhedora e visa a estimular os alunos, buscando o sucesso no processo de aprendizagem. E esse acolhimento deve partir de toda a comunidade escolar, pais e/ou famílias, professores, trabalhadores da área administrativa, entre outros.

Pode-se evidenciar que nas experiências de escolas em que o clima escolar é acolhedor, o rendimento dos alunos é diferenciado, bem como suas aprendizagens ocorrem de forma diferenciada, convivendo de forma democrática, sendo os alunos protagonistas, e os professores mediadores do conhecimento. (VALDÉS-MORALES; LÓPEZ; JIMÉNEZ-VARGAS, 2019)

Daí partimos do conceito que a inclusão não é apenas o trabalho direcionado aos alunos especiais. A educação inclusiva precisa abranger a todos os sujeitos que são minorizados, como os caboclos, quilombolas, indígenas, pessoas LGBTQIA+, entre outros.

A construção da cultura escolar parte de uma convivência democrática na escola, ressaltando a importância do bem-estar social dos alunos, professores e comunidade. O foco pedagógico da escola precisa refletir as decisões tomadas em conjunto, para que todos compartilhem do mesmo objetivo, quando pautamos os valores inclusivos e de respeito a todos os tipos de diversidade.

Desafios da inclusão educacional

As desigualdades sociais estão inseridas em um ambiente escolar. Os sistemas educacionais precisam de políticas públicas que venham a amenizar as diferenças sociais. Cada escola tem uma dimensão, uma multiplicidade de realidades que exige um

desenho e planejamento diferenciado. A cultura escolar, bem como cada particularidade, deve ser levada em conta quando pensamos no currículo.

Reconhecer que o ambiente escolar tem várias culturas, e vários tipos de pessoas, como os povos originários, alunos especiais, e alunos com diferentes identidades de gênero é o primeiro passo para mudar a realidade escolar. Uma gestão participativa, dá voz aos sujeitos que são minorizados todos os dias (ROCHA, 2019).

A inclusão é trabalhada nas escolas quase sempre de forma corriqueira, e se não é feita de uma forma correta, pode gerar entendimentos errôneos, como exemplo o capacitismo, abordado por Sousa (2019):

Um comentário do tipo que considera uma pessoa com deficiência como herói porquê ele trabalha ou estuda, também é considerado uma prática capacitista, pois, logo percebe-se que nesse tipo de comentário, nega a capacidade de uma pessoa com deficiência em fazer atividades que são consideradas normais, isso acontece porquê enxerga-se a deficiência antes mesmo da pessoa. (p.4)

Esses tipos de comentários podem também atingir diretamente um/a/x aluno/a/x LGBTQIA+, sendo tratados como diferentes, e/ou com comentários de repreensão à expressão de sua sexualidade. É preciso repensar a questão do diferente e da inclusão, bem como a maneira que acontece nas escolas, pois os todos os alunos têm o direito a uma educação de qualidade.

Assegurar a educação acessível, sem qualquer discriminação é um desafio ainda maior quando levamos em conta o cenário político atual, com o (des)governo do presidente Jair Bolsonaro, que ressalta a alienação e as desigualdades, com discursos machistas, misóginos e homolesbotransfóbicos, refletindo a opinião de uma grande massa de pessoas que compõem a sociedade conservadora, de direita. Para Silva e Fargoni (2020):

A maneira como o Bolsonarismo se instaurou na sociedade assemelha-se bastante ao do fascismo do século XX. Permeou a mente das massas não organizadas e tornou-se imperativo nas multidões heterogêneas com o objetivo de sedimentar uma narrativa cujos valores são argumentos clássicos: disciplina, valores familiares e religiosos enquanto age com base no negacionismo, militarismo e anti-intelectualismo. (SILVA e FARGONI, 2020)

Observamos que a violência LGBTQIA+ figura em todas as esferas, partindo do líder da nação. Com isso, o desafio se torna ainda maior em busca da educação com equidade, sendo o ambiente escolar um ambiente hostil, que dificulta a permanência por causa do *bullying* e de outras perseguições.

O ser professor envolve uma série de questões sociais. A convivência diária com os alunos faz com que a relação escola – professor – alunxs aconteça de forma mais acanhada. Existem diversos fatores sociais que diferenciam as pessoas: classe social, região de moradia, credo, etnias, entre outros. Essas diferenças são o que tornam as salas de aula heterogêneas, e multiculturais.

Quando falamos de gênero e sexualidade enquanto marcadores sociais, estes indivíduos estão mais suscetíveis à discursos de ódio e preconceitos já contidos há muitos anos na cultura escolar. Mas assim como existe ódio gratuito, também existem professores/as/xs LGBTQIA+ que resistem diariamente às pressões sociais pela heteronormatividade, desenvolvendo inclusive, trabalhos de referências, em seus ambientes escolares.

Butler (2016) explica que a heterossexualidade é algo compulsório, uma prática reguladora da sociedade. Assim, a sexualidade é algo que pode ser/ou não ser compreendido pela sociedade, e que o gênero precisa ser expresso de acordo com a sexualidade do indivíduo, por estarem sob uma “lógica binária”.

Ou seja, as escolas ainda não estão preparadas para a multiplicidade de gêneros, e nem suas diversas expressões, pois espera – se que os alunos sigam as determinações dos gêneros masculino e feminino, sendo este o padrão esperado. Toda e qualquer

reação aos padrões sociais impostos, pode ser associada ao feminismo, à militância, ou como ativismo, e é mal vista pela sociedade, em virtude da onda fundamentalista religiosa liderada pelos bolsonaristas.

Sejam professores, ou alunos, se for um/a/x pessoa LGBTQIA+ um ambiente escolar, haverá uma cultura escolar própria para identificar esta pessoa. Surgem estigmas, adjetivos (pejorativos ou não), em uma segregação natural. Mesmo onde não ocorram episódios de preconceito explícito, sempre haverá uma forma implícita de não – naturalizar a diversidade de gênero.

Falar de gênero e sexualidade nas escolas ainda é um grande tabu. Mariana Reidel (2013) exemplifica:

Na tentativa de selecionar o conhecimento que pode ou não ser trabalhado no currículo escolar, temas relacionados ao corpo, aos gêneros e às sexualidades são, muitas vezes, considerados inapropriados para serem debatidos na escola e acabam por burlar o controle institucional e emergem como assuntos de interesse dos/as alunos/as. Quando isso acontece, não raro o policiamento e o silêncio em torno de temas como a busca pelo prazer, a homossexualidade, o aborto, a violência e a exploração sexual são frequentes. [...] Em muitos casos, esse incômodo contribui para a manutenção de uma norma social que prega o preconceito, o desrespeito, e a violência contra sujeitos que vivenciam sua sexualidade para além dos padrões heterossexuais ou reprodutivos. (REIDEL, 2013, p. 56.)

Ainda existe uma baixa representação da diversidade sexual nos currículos escolares. No ano de 2016, na cidade de Palmas – TO, o então prefeito Carlos Amastha proibiu as discussões sobre sexualidade e gênero em sala de aula, através da medida provisória nº 06, de 14 de março de 2016:

Meta 5:

26) Assegurar a oferta de formação continuada específica e a inclusão transversal, para que as formações considerem temáticas relativas à educação ambiental, à diversidade cultural, às relações étnico-raciais, além de direitos humanos e cidadania, vedada a discussão e a utilização de material didático e paradidático sobre a ideologia ou teoria de gênero, inclusive promoção e

condutas, permissão de atos e comportamentos que induzam à referida temática, bem como os assuntos ligados à sexualidade e erotização. (PALMAS, 2016)

Desde então, houve apenas uma mudança significativa, a partir do ano de 2019, quando a atual gestora, Cinthia Ribeiro, promulgou o Decreto nº 1726, de 11 de abril de 2019:

Art. 1º Este Decreto assegura o direito ao uso do nome social da pessoa travesti ou transexual autodeclarado no preenchimento de fichas, cadastros, formulários, prontuários e documentos congêneres, documentos de âmbito escolar, para atendimento de serviços prestados pelos órgãos e entidades da administração pública municipal.

Antes da publicação deste decreto, no ano de 2017 houve um projeto da Fundação Municipal de Juventude de Palmas, denominado “E agora?”. No referido projeto, aconteciam palestras em diversas escolas, para falar sobre educação sexual. Uma das palestras, “causou espanto” em alguns jovens, conforme o que foi relatado em uma entrevista ao portal JM Notícia:

[...]“Quando a palestrante que abordou o tema sobre sexo ficou com a palavra, ela chamou um menino para ir à frente, pois iria fazer umas demonstrações, o menino ficou constrangido e não querendo ir, mesmo assim ela foi até ele e pegou-o pelo braço e levou a frente”, diz a adolescente.

[...]“Nesse momento a palestrante rasgou com os dentes os lados da camisinha feminina e colocou na mão da menina, simulando uma vagina, e explicou que quem gostasse de pagar boquete (termo utilizado por ela) que o fizesse com a camisinha, porque nem sempre se sabe onde está colocando a boca, ainda acrescentou que poderíamos utilizar sabores para melhorar o gosto”, relatou a adolescente.

[...]Segundo a aluna, foi mostrado aos presentes, fotos de pessoas se beijando, foto de mulheres tirando a roupa, desenhos de crianças olhando para suas partes íntimas e então a palestrante abordou o tema ideologia de gênero. “A partir desses desenhos ela afirmou que nós não temos sexo definido e que só iremos escolher se seremos homem ou mulher após os 18 anos de idade, o que meu causou ainda mais espanto”. [...] “Sou uma menina de 14 anos e não foram meus pais que me disseram, eu sei que sou uma menina”. (JMNOTÍCIA, 2017)

Isso gerou revolta não apenas às famílias dos alunos, bem como políticos de direita e conservadores, que viram a palestra como uma afronta à moral e os bons costumes, sendo feita até mesmo uma audiência na Câmara Municipal de Palmas -TO, para que pudessem esclarecer os acontecimentos.

Fatos como este apenas comprovam como políticos se utilizam do Estado e dos poderes, para reforçar estigmas e preconceitos. Apesar da garantia de nome social, os professores ainda continuam com a visão e a perspectiva do ensino binário, anulando qualquer forma de expressão de gênero.

Os alunos são obrigados a se adaptar ao que as escolas esperam deles: se enquadrar no padrão esperado, o padrão biológico. Servidores, professores e alunos LGBTQIA+ sofrem represálias em assumir sua sexualidade no âmbito escolar. No entanto, a escola que precisa promover formas de atender seus alunos, e se adaptar às características e necessidades deles. (SEFFNER, 2020).

Não incluir a diversidade sexual nas escolas faz com que não seja possível aprender e discutir essas questões. Até mesmo o ambiente escolar é dividido em masculino e feminino. Filas para os banheiros, filas para os esportes, uniformes escolares são apenas alguns dos exemplos.

A Constituição Federal de 1988 proporcionou grandes avanços na garantia de direitos humanos. Em seu terceiro artigo apresenta como objetivo fundamental:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
II - garantir o desenvolvimento nacional;
III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

Ainda assim, mesmo com a garantia de combate de qualquer forma de discriminação, muitos brasileiros/as/xs sofrem preconceitos. Com a escassez de

políticas públicas, os movimentos sociais têm buscado lutar em prol de direitos. No Brasil, já tivemos grandes vitórias como o casamento igualitário, nome social, regulamentação do processo transexualizador através do Sistema Único de Saúde, entre outros.

Não obstante, foi possível observar que muitos afirmaram que o país estava passando por uma “ditadura gay”, e que queriam transformar as crianças em LGBTQIA+ nas escolas, através do Kit Gay; kit este que foi mais uma das falácias dos conservadores e pessoas de direita.

Existe ainda um pensamento que a “maioria” pode invisibilizar a “minoria”, reforçando a tensão entre os grupos de pessoas que não se submetem ao padrão heteronormativo. Isso vai de encontro a constituição federal que ainda garante a liberdade de pensamento e o “pluralismo de ideias e concepções pedagógicas”.

Quando trabalhados, os temas relacionados a gênero e sexualidade se inserem nos currículos de forma transversal e indireta. Para as famílias, falar de gênero na escola é algo abominável. Mas isso vai de encontro ao que pensam os/as/xs jovens que vivem uma verdadeira transformação, imersos na era digital e suas redes sociais.

As pessoas transgênero transgridem os padrões sociais e também corporais. Sua representatividade está exposta em seus corpos, e atinge diretamente os discursos que reforçam apenas uma expressão de gênero. A despatologização da transexualidade, o início da inclusão através do nome social, são alguns avanços tímidos que a luta pela inclusão das pessoas “T” entre gêneros vem conquistando.

Mesmo assim, o preconceito e a exclusão social continuam a ser defendidos e propagados no Brasil, e em várias partes do mundo. Rebecka de França, professora trans, fala sobre a onda antigênero, no dossiê da Rede Trans (2022):

No Brasil, as votações que aconteceram sobre os planos de educação nas Câmaras municipais e nas Assembleias Legislativas estaduais tornaram-se uma verdadeira caça à palavra gênero. Durante as votações dos respectivos planos nos territórios brasileiros, observou-se uma busca desenfreada de

eliminar toda e qualquer forma de discussão sobre gênero nas esferas estudantis, como escolas, universidades e institutos federais. De um lado, armaram-se as/os legisladores/as que defendiam o NÃO ao Gênero, alegando que esse tema, destruiria todas as famílias brasileiras e que era uma tentativa infame de transformar meninos em meninas e meninas em meninos, usando um slogan que penetrou nas pessoas mais néscias, desencadeou um movimento antigênero por todo país. Era comum observar pessoas presentes nos locais que houve votações sobre os planos de educação, opondo-se a discutir gênero na educação, temendo que seus/suas filhos/as se transformassem em LGBTI+. Do outro lado, o movimento social organizado de diversas frentes se uniu para propor que não existia fundamento na discussão de Gênero proposta pelo conservadorismo, reverberando a necessidade da discussão de gênero no campo da educação. Nessas batalhas, pode-se identificar que as travestis, mulheres transexuais e homens trans eram as pessoas que mais sofriam nessa luta, pois ter o Gênero como debate em instituições educacionais engradeceria suas vidas e seus corpos, tornando-se elas e eles, pontos focais nessas temáticas. Imagine-se que cada turma entendesse, respeitasse e aceitasse uma pessoa trans, viver e conviver com essas pessoas, sem expressar transfobia nas relações pessoais estabelecidas entre elas durante suas convivências. Para os/as parlamentares e líderes religiosos/as que conduziram essa onda conservadora pelo Brasil, as travestis, mulheres e homens trans são pessoas inferiores, que nunca alcançarão o reino dos céus (idealizado por eles), pois descumprem normas estabelecidas por eles, que falam em nome de um Deus, que castiga, massacra e sucumbe todos que não se curvam diante de leis impostas por eles. (p.79 e 80)

Além da heteronormatividade naturalizada, as pessoas transgênero enfrentam diversos preconceitos religiosos. Isso afeta diretamente suas vivências enquanto pessoas cidadãs, privando-as/os/xs ao acesso a serviços básicos como saúde e educação.

O bullying homolesbotransfóbico nas escolas é uma questão que começou a ser discutida apenas nos últimos anos. O estudo do Grupo Dignidade, liderado pela pesquisadora Thamirys Nunes (2021), em parceria com a UNESCO e a UNAIDS, ouviu 120 famílias brasileiras que têm seus filhos em idade escolar, e apurou que 77% dos jovens transgênero são vítimas de bullying no ambiente escolar, e aponta que:

Quando questionadas sobre vivências de bullying transfóbico dentro do sistema educacional, 93 famílias afirmaram que sua criança/adolescente trans já foi vítima de algum tipo de bullying dentro da escola, enquanto 27 entendem que não tiveram essa experiência. Segundo as famílias que compuseram a amostra observada nesta pesquisa, as vivências dolorosas de

violações de direitos foram iniciadas durante toda a infância e adolescência, exceto aos 16 anos, idade que não foi apontada nenhuma vez. Ainda sobre o bullying dentro das escolas, quando questionadas sobre qual/quais o(s) tipo(s) de bullying a criança/adolescente trans foi vítima, as famílias identificaram a agressão emocional (aquela que não é diretamente uma agressão física ou verbal, mas sim o descaso com a presença, ausência de interação, ausência de convites para ocasiões sociais, olhares, cochichos pelas costas, etc) como a principal forma de bullying praticada contra crianças/ adolescentes trans, seguidas de agressões verbais, físico-verbais e cyberbullying (p. 47 e 48).

A pesquisa ainda faz uma importante revelação:

Ao realizar um recorte considerando apenas os adultos identificados como agentes de bullying (apontamento de 90 famílias), é possível observar que 65% da amostra corresponde a profissionais das instituições educacionais e 35% familiares de outros(as/es) estudantes. Analisando de forma mais detalhada ainda, é possível identificar que os principais agentes de bullying dentro das escolas são os(as/es) professores(as) em maioria, seguido pela direção, coordenação e psicólogo(a/e). Novamente é essencial atenção para os dados apontados pelas famílias de crianças e adolescentes trans que compõem a amostra observada nesta pesquisa, pois nos leva ao entendimento de que uma parcela significativa dos agentes de ações de bullying são **adultos** vitimizando crianças e adolescentes trans. [grifo nosso]

Existem poucas iniciativas para enfrentar o bullying transfóbico, e a maioria delas através de organizações da sociedade civil. A maioria das decisões nas escolas são tomadas de forma pessoal, excluindo e invisibilizando os temas como gênero, e quando existe alguma política, esta é empregada de forma ineficiente. O enfoque não deve ser direcionado apenas aos professores, mas direcionado a todos os profissionais escolares, pois como vimos na pesquisa, a maioria do bullying é manifestado por aqueles que se dizem “profissionais”.

Aproximações Conclusivas

Partindo das experiências escolares é que serão formados novos cidadãos. O movimento conservador e fundamentalista não pode segregar mais pessoas apenas por

serem quem são. Vivemos em um país democrático e precisamos garantir nossa cidadania. A educação é o primeiro passo para a mudança e para a formação de cidadãos críticos, que garantirão a cidadania e a democracia por muitos anos.

Todos os profissionais da educação precisam estar cientes e conscientes de sua participação direta na vida dos alunos. Principalmente quando falamos da educação básica, pois os alunos encontram-se em fase de formação de suas vidas, desejos, identidades, conhecimentos, culturas e muitos outros aspectos.

A escola participa diretamente da formação de sujeitos críticos e autônomos. Para tanto é necessário que os alunos compreendam suas realidades, as suas comunidades, diferenças e desafios. A construção conjunta do currículo escolar é que será o diferencial para que a escola tenha êxito no processo de ensino e aprendizagem.

Não existe algo como uma “receita pronta” a se trabalhar, pois cada escola possui uma realidade diferente da outra. A pesquisa para se estabelecer o currículo escolar necessita da participação de todos os atores (comunidade, professores e alunos). A escola precisa valorizar a dignidade, a liberdade e a equidade.

Muito se discute sobre a inclusão na escola, e isso acontece apenas com os alunos que são considerados especiais. Os alunos que são considerados minorias sociais, continuam sendo segregados. Se faz necessário compreender que existem várias culturas, e não existe apenas uma que tem efeito homogeneizante. Existe muita intolerância quando se falam de questões religiosas, povos originários e principalmente as questões LGBT na escola.

A educação tem esse poder de combater as formas de discriminação, levando os alunos e professores a refletirem sobre suas ações. Infelizmente, foi possível relatar uma série de eventos que aconteceram em escolas na cidade de Palmas – TO, sendo episódios que demonstram que a homolesbotransfobia se encontra enraizada nas instituições escolares.

As questões de gênero são inviabilizadas no ambiente escolar, pois os currículos são heteronormativos. A LGBTfobia não aparece de maneira isolada, mas está presente em todas as escolas. De forma aparente ou não, a escola reproduz o que acontece fora dela, e normatiza os alunos desde o início dos seus anos escolares. Muitas vezes, isso parte do não conhecimento acerca de outras sexualidades, de outros gêneros e expressões.

Os professores e educadores não se percebem dentro da problemática enquanto instituição, e nem que a heteronormatividade é compulsória e a marginalização dos diferentes acontece de forma naturalizada. Por sua vez, os alunos marginalizados sentem com dificuldades na permanência de seus estudos, principalmente quando falamos de pessoas transgênero.

Os currículos estão ligados ao processo social. A escola, como espaço pedagógico, precisa discutir as diferenças e acabar com a marginalização e a opressão. Muitos professores tentam fazer com quem haja menos *bullying* e menos discriminações, mas falta muito apoio por parte das instituições. Ainda existe a questão do comodismo, em que muitos, por já estarem frente à docência há muitos anos, não conseguem desenvolver nada novo pois acreditam que nunca haverá mudanças.

Mas é necessário e possível que haja mudanças nos currículos, principalmente quando estão sujeitos a heteronormatividade. Acabar com a homolesbotransfobia institucionalizada, e todas as violências acometidas aos considerados “diferentes” trará uma nova luz para a educação.

A escola precisa ser um espaço acolhedor, em que a inclusão aconteça de fato, em constante transformações, considerando os seus alunos em sua individualidade, e também em conjunto, repensando práticas, valores e posturas adotadas há séculos, compreendendo e se reestruturando à partir do entendimento e consideração à todos os tipos de pessoas.

Referências

- ANTRA. **Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021** / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022.
- APPLE, Michael W. e os estudos [curriculares] críticos1. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, p. 106-120, 2002.
- ARAÚJO, Tathiane Aquino; NOGUEIRA, Sayonara Naider Bonfim. **A Especialização da Transfobia no Brasil: assassinatos e violações de direitos humanos em 2021**. Série Publicações Rede Trans Brasil, 6a. ed. Aracaju: Rede Trans Brasil, Uberlândia: IBTE, 2022.
- BARRIENTOS DELGADO, Jaime et al. Derecho a la Educación e Inclusión Escolar de Jóvenes LGTB+ en América Latina y el Caribe. **Education Policy Analysis Archives**, v. 29, 2021.
- BARROSO, João. Cultura, cultura escolar, cultura de escola. **Princípios gerais da administração escolar**, v. 1, p. 181-199, 2012.
- BARROSO, Lucas Bernardo; DA SILVA CARDOSO, Wladirson Ronny. O não lugar de pessoas trans no currículo da disciplina Educação Física em Escolas de Belém do Pará. **Iniciação Científica Cesumar**. Jan./jun, v. 20, n. 1, p. 17-30, 2018.
- BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 25 fev 2022
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Feminismo e Subversão da Identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CARVALHO, Renato Gil Gomes. Cultura global e contextos locais: a escola como instituição possuidora de cultura própria. **Revista Iberoamericana de Educación**, v. 39, n. 2, p. 1-9, 2006.
- CIESLAK, Renata; SEFFNER, Fernando. “TU NÃO TÁ VENDENDO QUE A SORA É SAPATONA?”: CARREIRA DOCENTE, CULTURA ESCOLAR E APRENDIZAGENS EM TORNO DE GÊNERO E SEXUALIDADE. **Diversidade e Educação**, v. 9, n. 2, p. 66-91, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (CFP). **Transsexualidade não é transtorno mental, oficializa OMS**. 22 de maio de 2019. <Disponível em: <https://site.cfp.org.br/transsexualidade-nao-e-transtorno-mental-oficializa-oms/>>. Acesso em: 21 fev 2022.
- COTRIM, Maju. Suspeita de LGBTfobia em Colégio da capital; movimento repudia. **Gazeta do Cerrado**. 2017. Disponível em: <https://gazetadocerrado.com.br/suspeita-de-caso-de-lgtfobia-em-colegio-da-capital-movimento-repudia/>> Acesso em: 14 de fevereiro de 2022
- DA SILVA OLIVEIRA, Rayane Dayse; BATALHA, Erika Oliveira Maia. O MITO DA "IDEOLOGIA DE GÊNERO" NAS ESCOLAS: UMA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DA TENTATIVA CONSERVADORA DE SILENCIAR O PENSAMENTO CRÍTICO. **Revista Inter-Legere**, v. 1, n. 20, p. 44-59, 2017.
- DIAS, Sureña. Bolsonaro posta vídeo com fala polêmica sobre transexuais; assista. OBSERVATÓRIO G, 2021. Disponível em: <https://observatoriog.bol.uol.com.br/noticias/bolsonaro-posta-video-com-fala-polemica-sobre-transexuais-assista>> Acesso em 24 fev 2022.
- GLAT, Rosana. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, p. 9-20, 2018.
- JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto historiográfico. Tradução: Gizele de Souza. Revista Brasileira de História da Educação, nº 1, 2001, pp. 9-44. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4250681/mod_resource/content/1/273-846-1-PB.pdf.
- JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Pedagogia do armário - A normatividade em ação. **Retratos da Escola**, v. 7, n. 13, p. 481-498, 2013.

LABIO, Joaquín. Enseñando desobediencia: La pedagogía del cuerpo y el libre desarrollo de la identidad de género de las estudiantes transgénero y travesti en el Bachillerato Popular Mocha Celis/Teaching Disobedience: Pedagogies of the Body and Transgender and Tranvestite Students' Free Development of their Gender Identities in Bachillerato Popular Mocha Celis. 2018. *Independent Study Project (ISP) Collection*. 2892. Disponível em: <https://digitalcollections.sit.edu/isp_collection/2892> Acesso em 03 mar 2022.

LOPES, Leiliane. Aluna de Palmas denuncia aula de sexo oral e ideologia de gênero durante palestra. **JMNOTÍCIA**, 2017. Disponível em: <https://jmnoticia.com.br/aluna-de-palmas-denuncia-aula-de-sexo-oral-e-ideologia-genero-durante-palestra/>. Acesso em 03 mar 2022.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Currículo, conhecimento e cultura. **Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, p. 17-44, 2007.

NUNES, Thamirys. (org.) **Ensaio sobre vivências reais de crianças e adolescentes transgêneros dentro do sistema educacional brasileiro** [livro eletrônico] / Curitiba, PR: IBDSEX, 2021.

PALMAS. Decreto nº 1.726, de 11 de abril de 2019. **Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Palmas - TO**. Palmas, TO, 11 abr 2019.

PALMAS. Medida Provisória Nº 6, de 14 de março de 2016. **Diário Oficial da Prefeitura Municipal de Palmas - TO**. Palmas, TO, 14 mar 2016.

REIDEL, Marina. **Pedagogia do Salto Alto**: história de professoras travestis e transexuais da Educação brasileira. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Dissertação de Mestrado, Educação, 2013.

ROCHA, Damião; MAIA, Marcos. A pesquisa implicada de inspiração fenomenológica para estudos in situ de/com sujeitos sociais da diversidade sexual e de gênero. **Revista Ensino de Ciências e Humanidades-Cidadania, Diversidade e Bem Estar-RECH**, v. 1, n. 1, Jul-Dez, p. 220-237, 2017.

ROCHA, Damião. Pesquisas com/cs Minorias Nortistas Amazônidas: Aportes Teóricos de um Pós-Currículo das diferenças. In: **Anais da 39ª Reunião Nacional da ANPEd**. 2019

SEFFNER, Fernando. Sempre atrás de um buraco tem um olho: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica. **Práxis Educativa (Brasil)**, v. 15, p. e2015010, 2020.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. **Bolsonarismo: a necropolítica brasileira como pacto entre fascistas e neoliberais. Dossiê: “Consequências do bolsonarismo sobre os direitos humanos, a educação superior e a produção científica no Brasil”**. In. Revista Eletrônica de Educação. 2020

SOUSA, Vanessa Alves de. Capacitismo e currículo oculto escolar: construindo relações. Conedu. **VI Congresso Nacional de Educação**. Universidade Federal da Paraíba – UFPB. 2019. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID1994_27092019000648.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

THEUMER, Emmanuel. Del género como ideología. **La Tinta**, v. 11, 2018.

VALDÉS-MORALES, René; LÓPEZ, Verónica; JIMÉNEZ-VARGAS, Felipe. Inclusión educativa en relación con la cultura y la convivencia escolar. **Educación y educadores**, v. 22, n. 2, p. 187-211, 2019.

VEJA São Paulo. Boneco com rosto de Judith Butler é incendiado em protesto. São Paulo, 07 nov 2017. Disponível em:

<<https://vejasp.abril.com.br/cidades/boneco-com-rosto-de-judith-butler-e-incendiado-em-protesto/>> Acesso em 24 fev 2022

Currículo Heteronormativo: La Exclusión/Marginalización de las personas “T” entre géneros en el ambiente escolar

Resumen: Este artículo discute los currículos y la cultura escolar, planteando interrogantes sobre la diversidad bajo la heteronormatividad institucionalizada en entornos de educación básica. Con la problematización de las personas “T” entre géneros en la educación básica, se reporta el proceso educativo lleno de desigualdades y exclusión, así como los efectos negativos que la LGBTfobia provoca en los estudiantes. Su objetivo principal fue discutir hechos sobre cómo las personas transgénero son tratadas en la educación básica, debido a la ola fundamentalista - religiosa que impide discutir sobre la educación sexual en las escuelas y su relación con el currículo y la cultura escolar. Se utilizó como metodología la investigación implicada (ROCHA, MAIA, 2017), a través de artículos, disertaciones, documentos y noticias sobre los temas abordados, incluidas publicaciones nacionales e internacionales, a partir de los estudios de autores como Judith Butler (2016), Rogério Diniz Junqueira (2013) y Marina Reidel (2013). Este estudio también tiene base fenomenológica, realizado en el Doctorado en Educación en la Amazonía (PGEDA/UFGA/UFT), siendo vinculado al grupo de investigación Gepce/Minorías.

Palabras clave: Currículo. Cultura Escolar. Diversidad. Heteronormatividad. Inclusión.

Recebido: 24/01/2023

Aceito: 19/06/2023